



UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA MAIS DIREITOS E SALÁRIOS

RESOLUÇÃO

As Comissões, sub-comissões de trabalhadores e suas coordenadoras Regionais, reunidas na Casa do Alentejo em Lisboa, no dia 2 de Junho de 2017 , concluem:

Após décadas de políticas de direita que empobreceram o país, os trabalhadores e o povo, o tomaram ainda mais dependente do exterior, é um imperativo nacional exigir a inversão desse caminho, pelo que se considera necessário:

- A renegociação da dívida, em prazos e montantes assim como dos juros a ela associados, por forma a permitir um outro e mais sólido incremento na economia nacional;
- Medidas que libertem o país dos constrangimentos impostos pela União Europeia, o Banco Central Europeu, a União Económica e Monetária, o Euro;
- A elevação geral dos salários e das outras matérias de expressão pecuniária;
- O aumento imediato do Salário Mínimo Nacional para os 600 €;
- A redução do horário semanal de trabalho para as 35 horas;
- Legislação que garanta horários de trabalho menos penosos, que assegurem a defesa da saúde dos trabalhadores, o normal funcionamento da estrutura familiar, o acesso à cultura e lazer, assim com a limitação das longas jornadas de trabalho;
- A revogação das normas gravosas do código de trabalho;
- O condicionamento patronal no recurso ao trabalho por turnos;
- A reposição da contratação colectiva e do princípio mais favorável para o trabalhador na legislação;
- Melhores condições de segurança e saúde;
- Mais e melhor formação profissional;
- O fim da precariedade dos vínculos laborais aplicando o princípio de «a cada posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo efectivo»;

**COMISSÕES DE TRABALHADORES
UM MOVIMENTO COM FUTURO**

- A efectivação dos direitos constitucionais consignados e atribuídos por via da Segurança Social;
- A efectiva valorização das longas carreiras contributivas , deixando de penalizar os trabalhadores na antecipação da idade da Reforma quando atingirem 40 anos de contribuições;
- Reduzir para 65 anos, a idade mínima para a reforma;
- Que seja eliminado o factor de sustentabilidade;
- Recalculo das pensões de todos os trabalhadores que, por despedimento, foram empurrados para o desemprego e, esgotado o prazo não tiveram outra saída para sobreviver que não o recuso à reforma antecipada, sofrendo por isso fortes penalizações;
- Aumentar o valor do abono de família;
- Aumentar o valor da compensação para os trabalhadores em situação de desemprego;
- Aumentar o valor das reformas e pensões assim como o apoio aos deficientes e aos cuidadores de pessoa idosa;
- Que todos se envolvam, trabalhadores, sua organizações de classe, forças políticas, governo, Assembleia da República e presidente da República na defesa da PAZ e divulguem os valores, a este respeito, expressos na Constituição da República Portuguesa.
- Dar um outro incremento à dinamização e apoio à constituição, intervenção e luta das comissões de trabalhadores e seu movimento;
- Estimular a cooperação e complementaridade com as estruturas do Movimento Sindical, da base ao topo, numa potenciação de sinergias que favoreçam os caminhos da luta na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Lisboa, 2 de Junho de 2017

XX Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores

**COMISSÕES DE TRABALHADORES
UM MOVIMENTO COM FUTURO**